

PODER

Presidente sanciona LDO de 2022, mas, para agradar aliados, preserva dispositivo sem transparência para a liberação de recursos, que compuseram o “orçamento secreto”

Bolsonaro mantém emendas de relator

» ROSANA HESSEL
» CRISTIANE NOBERTO

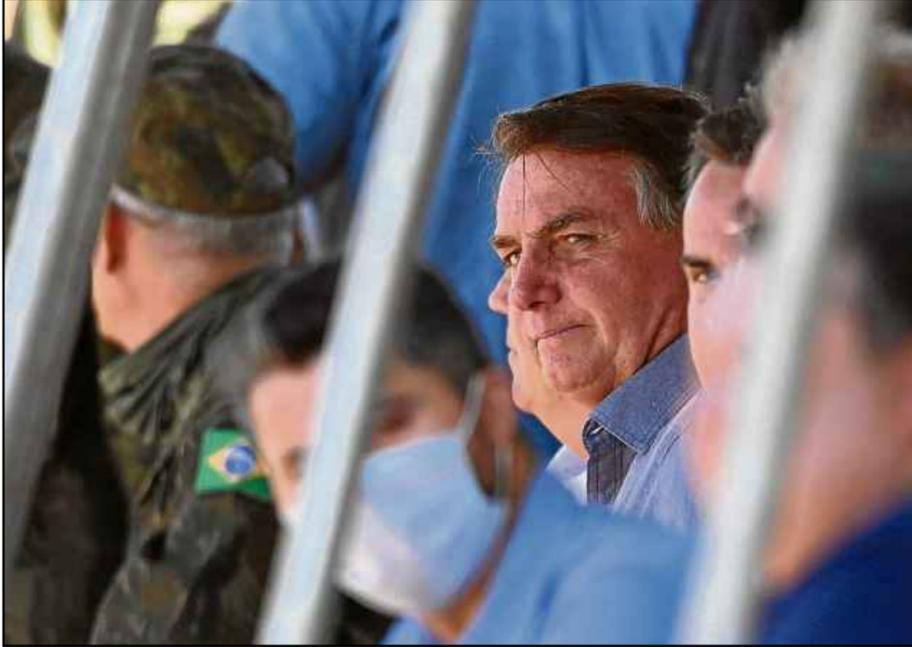
O presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022, com vetos aos R\$ 5,7 bilhões do Fundo Eleitoral aprovado pelo Congresso, conforme publicado ontem no *Diário Oficial da União (DOU)*. Contudo, manteve as polêmicas emendas do relator-geral, que causaram problemas na negociação do Orçamento deste ano, estourando os limites das regras fiscais e obrigando o Palácio do Planalto a avaliar vetos para que o chefe do Executivo não cometesse crimes de responsabilidade.

A manutenção desse expediente evidencia o enfraquecimento de Bolsonaro junto à base aliada. E aumenta as preocupações de especialistas em contas públicas, porque vai na contramão da transparência para a distribuição dos recursos do contribuinte. “A manutenção da possibilidade de emendas do relator-geral é preocupante porque fere a lógica do arcabouço orçamentário. Já vimos os problemas que essas emendas podem ter por serem genéricas. Seria importante que fossem concentradas nas individuais e de bancadas, que estão regulamentadas pela Constituição”, avaliou Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI). Mas ele elogiou o veto aos R\$ 5,7 bilhões do Fundo Eleitoral.

Na última sexta-feira, quando anunciou o veto ao fundo, Bolsonaro disse que também vetaria as emendas de comissão permanente e de relator-geral do orçamento (RP-8 e RP-9), mas voltou atrás para não desagradar totalmente à base aliada. Essas emendas foram alvo das denúncias do “orçamento secreto”, negociado com o Centrão para vitória dos candidatos apoiados pelo Planalto às presidências da Câmara e do Senado. Esse expediente, inclusive, foi questionado pela oposição em um processo aberto no Tribunal de Contas da União (TCU).

“As emendas parlamentares somaram R\$ 35,5 bilhões no Orça-

Evaristo Sá/AFP



Presidente descumpriu a promessa: vetou fundo eleitoral, mas deixou intactas emendas sem transparência



O custo do apoio político a um presidente fragilizado e com a popularidade em queda livre tem aumentado

Gil Castello Branco,
da Associação Contas Abertas

mento deste ano, o equivalente ao valor de um Bolsa Família. São recursos de relevante magnitude. E as emendas do relator-geral, ocupam um espaço importante desse volume, de R\$ 18,5 bilhões”, destacou o especialista em contas públicas Leonardo Ribeiro, economista do Senado. As emendas individuais somaram R\$ 9,7 bilhões e as de bancada, R\$ 7,3 bilhões.

De acordo com o secretário-

geral da Associação Contas Abertas Gil Castello Branco, as emendas de relator constituem atualmente num “jogo de esconde-esconde”, entre Executivo e Legislativo, “para não dar transparência à relação, historicamente promíscua, entre os poderes Legislativo e Executivo”. Segundo o economista, o que era ruim tem ficado pior. “O custo do apoio político a um presidente fragilizado e com a popularidade em queda livre tem aumentado”, explicou. Para ele, é preciso que fiquem claros os critérios de seleção dos parlamentares contemplados, a forma de distribuição dos valores e quem são os verdadeiros autores das “emendas de relator”.

Pessimismo

A crise institucional entre Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal (STF), e as incertezas em torno do PLOA de 2022, tornam as previsões para os indicadores econômicos do ano cada vez piores. O clima de tensão aumentou porque o governo foi na contra-

mão das regras fiscais e da Constituição a fim de tentar aumentar espaço no Orçamento para as medidas eleitoreiras — como a PEC que adia o pagamento de precatórios, considerada inconstitucional por especialistas.

“O governo partiu para medidas que fragilizam as regras fiscais e não conseguiu organizar as contas públicas aproveitando o momento de juros baixos para reduzir o estoque da dívida pública. Agora, com a escalada dos juros devido ao aumento da desconfiança, o fiscal tende a ficar muito pior”, alertou a especialista em contas públicas Juliana Damasceno, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.

“A crise política tem piorado e há uma expectativa de atrasos nas reformas, o que deixa o fiscal meio na berlinda. O medo de uma deterioração fiscal é muito grande e isso está refletindo nos juros e no câmbio, que estão subindo”, alertou o economista-chefe da Sul-América Investimentos, Newton Rosa.

Centrão quer Fundão de R\$ 4 bilhões

O Palácio do Planalto abriu negociações com o Congresso com o objetivo de fechar um novo valor para o Fundo Eleitoral, que poderá ser previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2022. No que depender dos parlamentares do Centrão, o montante deve ficar em torno de R\$ 4 bilhões, mas analistas acreditam que a cifra ainda precisará ser negociada durante a tramitação do projeto de lei orçamentário no Parlamento. O governo precisa enviar o PLOA ao Legislativo até o próximo dia 31, porém tudo indica que essa negociação deve se estender pelo segundo semestre, de acordo com técnicos do legislativo.

Apesar de o **Fundão** de R\$ 5,7 bilhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), publicada ontem no *Diário Oficial da União (DOU)*, o presidente Jair Bolsonaro disse que proporia o valor de 2020, de R\$ 2 bilhões, corrigido apenas pela inflação no PLOA. Mas o tamanho do fundo dependerá das negociações das emendas parlamentares e demais despesas. Todas precisam caber no Orçamento que, de acordo com a LDO, prevê uma meta fiscal permitindo um rombo de até R\$ 170,4 bilhões nas contas do governo central — que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social.

Conforme especialistas, é preciso que Executivo e Legisla-

Câmara dos Deputados/Divulgação



Ganime: “(Bolsonaro) já está cedendo às pressões do Centrão há tempos”

Financiamento

O Fundo Eleitoral financia as eleições, quando ocorrem. O Fundo Partidário é anual, gira em torno de R\$ 800 milhões a R\$ 900 milhões e é rateado entre os partidos. A isenção fiscal do horário eleitoral gratuito, que foi de R\$ 1,038 bilhão nas últimas eleições, foi vetada com o Fundão pelo presidente.

tivo entrem em acordo para fechar as contas, respeitando as regras fiscais vigentes. “Esse valor vai depender do que for discutido, e é importante definir com clareza os critérios para o financiamento das campanhas. O limite para o fundo precisará ser definido por meio de um consenso, mas é imprescindível que os critérios sejam transpa-

rentes, e as regras fiscais, respeitadas”, avaliou o especialista em contas públicas Leonardo Ribeiro, economista do Senado.

Para o deputado e líder do Novo na Câmara, Paulo Ganime (RJ), Bolsonaro tentou se aproveitar do veto do fundo pensando que a opinião pública iria poupá-lo por ter freado o tema mais polêmico. “Ele já está cedendo às

pressões do Centrão e dos interesses políticos há tempos, isso é só mais um gesto nessa direção”, disse. Na avaliação do parlamentar, o ideal seria mudar a lei para acabar com o fundo eleitoral. Entretanto, enquanto isso não acontece, é esperado que Bolsonaro mantenha o mínimo legal, de R\$ 800 milhões, sobretudo por conta da pandemia. “Ainda é um momento delicado e com uma crise fiscal muito agravada por conta das ações que foram colocadas em prática nesse último um ano e meio.”

Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, destacou que, por conta das discussões sobre o Orçamento, o mercado poderá ficar ainda mais pessimista. “A crise institucional e política agrava muito o cenário econômico. A economia comporta-se em função de fatos e de expectativas. Como o presidente da República gera uma crise diária — institucional e política com efeitos fiscais —, podemos estar às vésperas de um ‘tsunami’ perfeito”, frisou.

Para ele, o fundo deverá ficar em cerca de R\$ 4 bilhões. Os R\$ 5,7 bilhões eram o bode na sala. “Os R\$ 4 bilhões, a meu ver, contentarão o Centrão, mas é um valor elevado. Representa, por exemplo, duas vezes o valor do Censo Demográfico que deixamos de realizar há dois anos sob a justificativa de que faltam recursos”, destacou. (RH e CN)



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br



Bolsonaro, agora, politiza o fracasso

Aos 32 meses de mandato, o presidente Jair Bolsonaro se depara com um cenário mórbido e nebuloso: a “gripezinha” matou 575 mil pessoas, o país tem 14 milhões de desempregados e a inflação pode chegar a 9%, se não houver uma mudança de rumo. Deficit fiscal, insegurança jurídica e instabilidade política formam o tripé que afugenta os investidores. A janela de oportunidade da retomada da economia global está sendo perdida.

Os verdadeiros problemas do país são de natureza objetiva e exigem soluções criativas, exequíveis e amparadas por amplo consenso nacional. Em circunstâncias normais, diante da gravidade da pandemia e de suas sequelas, principalmente a iniquidade social, o presidente da República, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) convergiriam suas decisões na direção dessas soluções. Mas não é o que acontece. Estamos na antessala de uma grave crise institucional, fabricada por Bolsonaro.

Seu problema não é falta de governabilidade — conta com o apoio do Centrão no Congresso. É a governança, “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país, visando o desenvolvimento, e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções”, segundo o Banco Mundial. Essa não é a praia de Bolsonaro.

A agenda do país é discutida em milhares de lives, pelos mais diversos públicos, que buscam saídas para a situação em que nos encontramos de olho no futuro. O presidente ignora tudo isso, empenhado em levar adiante um programa ideológico, que só empolga os setores mais reacionários da sociedade. Mesmo os conservadores, que o apoiaram na eleição e participam do governo, têm uma agenda liberal voltada para os problemas reais, ainda que ignorem as questões sociais. Bolsonaro está governando apenas para seus seguidores fanatizados. A maioria dos ministros já se deu conta disso e se queixa do foco equivocado. O Palácio do Planalto é uma “jaula de cristal”, na qual Bolsonaro constrói um mundo só dele.

As atenções do país estão voltadas para as manifestações convocadas para o dia 7 de setembro, que são apoiadas por Bolsonaro. Não haverá desfiles militares por causa da pandemia, porém estão previstas concentrações de defensores da intervenção militar em muitas cidades. Até a semana passada, pretendiam parar o país, cercar Brasília, invadir e fechar o Supremo Tribunal Federal (STF). Como era de se esperar, os mais ousados, como o presidente do PTB, Roberto Jefferson, e o cantor Sérgio Reis já sofreram as consequências desse projeto sedicioso. Mas Bolsonaro, em solidariedade a eles, pediu o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito das fake news, que investiga a atuação de grupos extremistas, e escalou mais um degrau no seu confronto com o Supremo.

Ontem, 23 governadores e dois vices se reuniram em Brasília para discutir a situação e construir uma barreira de contenção à escalada da radicalização golpista. Querem um encontro com Bolsonaro para discutir a relação republicana entre os entes federados. Coincidentemente, o governador de São Paulo, João Doria, demitiu o coronel da Polícia Militar que comandava a corporação no interior paulista porque atuava nas redes sociais convocando para os atos de 7 de setembro e pedindo o fechamento do Supremo. Os governadores firmaram uma espécie de pacto para impedir motins nas polícias militares. O caldo de cultura para isso existe, foi fomentado pelo presidente.

Enquanto segue o baile da política, a economia se deteriora a olhos vistos. O cenário é de menos crescimento e mais inflação. Os juros de longo prazo superam 10% ao ano, segundo as taxas dos contratos futuros com vencimento em janeiro de 2031. As apostas para o crescimento em 2022 caminham para a casa de 1,5%, uma taxa incapaz de gerar um volume expressivo de empregos. Para 2021, ainda prevalecem estimativas na casa dos 5% ou um pouco mais. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pode fechar 2021 em 7,5%, muito acima da meta de 3,75% deste ano.

As reformas tributária e administrativa subiram no telhado. O que não passou até agora, provavelmente não mais passará. O Congresso não quer saber de remédios amargos. Bolsonaro também é negacionista na política monetária. O cobertor é curto, a política econômica deriva para o naufrágio. A alternativa que restou foi politizar o fracasso e pôr a culpa nos outros. Como não pode responsabilizar a oposição, culpa as instituições da República, principalmente o Supremo. É a velha cantilena de que a democracia não funciona.

Ciclo fechado

Enquanto segue o baile da política, a economia se deteriora a olhos vistos. O cenário é de menos crescimento e mais inflação. Os juros de longo prazo superam 10% ao ano, segundo as taxas dos contratos futuros com vencimento em janeiro de 2031. As apostas para o crescimento em 2022 caminham para a casa de 1,5%, uma taxa incapaz de gerar um volume expressivo de empregos. Para 2021, ainda prevalecem estimativas na casa dos 5% ou um pouco mais. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pode fechar 2021 em 7,5%, muito acima da meta de 3,75% deste ano.

As reformas tributária e administrativa subiram no telhado. O que não passou até agora, provavelmente não mais passará. O Congresso não quer saber de remédios amargos. Bolsonaro também é negacionista na política monetária. O cobertor é curto, a política econômica deriva para o naufrágio. A alternativa que restou foi politizar o fracasso e pôr a culpa nos outros. Como não pode responsabilizar a oposição, culpa as instituições da República, principalmente o Supremo. É a velha cantilena de que a democracia não funciona.